

# UM GRANDE COMÍCIO PELAS DIRETAS JÁ EM CAMPINA GRANDE: A RESISTÊNCIA À DITADURA

Jean Lucas Marinho Cavalcanti<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Neste artigo, trato sobre a campanha Diretas Já na cidade de Campina Grande-PB. Na cidade, assim como em várias outras do país, foram realizados comícios organizados pelos partidos de oposição e pelos comitês pró-Diretas, sendo o comitê campinense denominado *Comitê Teotônio Vilela*. No dia 25 de março de 1984, cerca de 10.000 pessoas se reuniram em um comício realizado no Parque do Açude Novo, do qual participaram alguns dos principais políticos pró-Diretas como Franco Montoro, Celso Furtado, Miguel Arraes e Ronaldo Cunha Lima. O comício realizado em Campina Grande estava listado entre os maiores que aconteceram no país. Portanto, o objetivo do presente trabalho é estudar o comício de 25 de março de 1984 que fez parte da campanha pelas eleições diretas em Campina. Procuo investigar acerca da participação dos diversos atores políticos que atuaram na construção desta campanha, bem como o papel dos movimentos sociais neste contexto de luta contra a instituição das eleições via colégio-eleitoral<sup>2</sup> criada pelo Estado para perpetuar o regime militar no poder.

O movimento construído em Campina Grande se insere em uma conjuntura mais geral que se desenvolveu em várias partes do país. O governo militar do presidente João Batista Figueiredo enfrentava o momento mais difícil para o regime dos militares<sup>3</sup> desde 1964. Por outro lado, as oposições, composta pelos partidos políticos – PMDB, PDT, PT e os ilegais PCB e PCdoB – e pelas organizações da sociedade civil – UNE, OAB, ABI, CUT, CONCLAT, CNBB e sindicatos – conseguiam se organizar e cada vez mais contribuir para o clima de isolamento do regime. Não é difícil, portanto, encontrar discursos que se referem a uma oposição nacional contra a ditadura. Os ‘grandiosos’ comícios organizados pelos comitês de oposição em várias cidades do país se inserem, portanto, neste contexto. Na minha pesquisa, trato do comício realizado no dia 25 de março de 1984, em Campina Grande, citado entre os maiores do país, mas que não recebeu a alcunha de ‘comício gigante’ por acaso, conforme busco demonstrar.

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e bolsista integrante do Programa de Educação Tutorial (PET) de História da mesma Instituição. ( [jeanmarinhocavalcanti@outlook.com](mailto:jeanmarinhocavalcanti@outlook.com) ). Artigo orientado pelo Professor Dr. José Luciano Queiroz Aires.

<sup>2</sup> A eleição indireta via colégio eleitoral foi imposta pelo Ato Institucional Nº 2, decretado no dia 27 de outubro de 1965. O artigo 9º do AI-2 determinou que a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República passasse a ser realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional. A votação seria nominal e deveria ocorrer em sessão pública. Além disso, ficou determinado que as eleições presidenciais se limitariam à participação de apenas dois candidatos. Na história republicana do Brasil, desde 1889, tivemos oito presidentes eleitos por sufrágios indiretos. O Marechal Deodoro da Fonseca foi eleito presidente em eleição indireta pelo Congresso em fevereiro de 1891. Em 1934, Getúlio Vargas foi eleito chefe do Poder Executivo por uma Assembleia Constituinte. Com o AI-2 da Ditadura em 1965, as eleições indiretas tornaram-se a regra, elegendos seis presidentes neste modelo.

<sup>3</sup> Desenrola-se um debate entre as historiografias que estudam o período ditatorial no que diz respeito a se o regime da ditadura teve efetivamente os militares na chefia, sendo esta portanto uma Ditadura Militar, ou se houve na verdade uma conjugação de forças, na qual setores da sociedade civil participaram decisivamente na composição do regime, o qual passaria a ser chamado de Civil-Militar. No entanto, para este trabalho, minha intenção não foi adentrar neste debate, por esta razão utilizo a nomenclatura Ditadura Militar para me referir ao período que se inicia em 1964 com o golpe que destituiu o governo João Goulart e vai até 1985, quando ocorreu a eleição do civil Tancredo Neves, ainda via colégio-eleitoral, para a presidência da República.

## O PLANO NACIONAL

No dia 25 de abril do ano de 1984, enquanto no Congresso Nacional votava-se a Emenda Dante de Oliveira, que restituía a votação direta para a eleição presidencial já para o ano seguinte, o clima de expectativa nas multidões que se formaram em todo país para acompanhar, por meio de boletins informativos da imprensa, era intenso. A campanha pelas Diretas Já foi uma das maiores manifestações política na história da República brasileira e, se não conseguiu o objetivo de pôr fim ao regime militar de 1964 pelo voto direto, ajudou a intensificar o ritmo da abertura política no Brasil.

Os militares assumiram o poder em 1964 e não entregaram de volta aos civis, portanto, Castelo Branco não apenas encerrou o mandato de Jango, mas passou a faixa presidencial a outro militar: Costa e Silva. O projeto defendido pelo general Castelo Branco de uma intervenção cirúrgica e em seguida o retorno aos quartéis não mostrou-se viável para as pretensões do regime. A questão é que operar uma abertura política segura, nos padrões conservadores dos militares, no meio de um processo de reforma liberal de uma sociedade acostumada ao estatismo era extremamente complexo (SILVA, 2007). Portanto, o governo militar jogou para debaixo do tapete as intenções de abertura política até onde foi possível. As eleições via colégio eleitoral foi o meio que o regime utilizou para se manter no poder.

A crise econômica é uma fator importante naquela conjuntura de crise política do governo Figueiredo, que assumira a presidência em 1979, após o governo Geisel. Rodrigues (2003, p. 25) resume muito bem a situação:

Para liberar ajuda, o FMI cobrou alto: exigiu do país grande superávit em 1983, que seria obtido à custa de recessão mais profunda que a de 1981, além de intensificar o arrocho salarial. Para piorar, a inflação explodiu e chegou à casa dos 200%, em 1983.

Portanto, 1983 é um ano de intensa crise econômica. Os militares há alguns anos já não gozavam da estabilidade oferecida pela prosperidade dos tempos do “milagre econômico”. Neste sentido, Silva (2007) elenca entre os “atores principais” do cenário em que o regime militar era cada vez mais contestado: a pressão externa (notadamente o processo de associação entre política externa americana e direitos humanos, que teve início com a eleição de Jimmy Carter para a presidência dos Estados Unidos) e os condicionantes da economia mundial, somados aos militares e seus condicionantes institucionais (o processo de abertura, lenta, gradual e segura, que partiu do próprio governo) e, o que é mais o foco do meu trabalho, a oposição – “MDB e seus condicionantes inscritos na cultura política envolvente”.

A situação econômica da Paraíba estava atrelada ao contexto geral do país. Para piorar a crise econômica que o estado enfrentava, a seca vinha assolando a região do Cariri e do Sertão, a ponto de flagelados da seca realizarem saques em algumas cidades. Em reportagem do *Diário da Borborema*, fala-se do clima de desespero das pessoas que enfrentavam esta seca e da tensão que se formava fazendo com que o prefeito da cidade de São José dos Cordeiros, localizada no Cariri paraibano, temesse a ocorrência de saques generalizados no município:

SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS – (DB) – O prefeito Paulo Medeiros, disse ontem que está temendo que a sua cidade venha a exemplo de outras encravadas na região do Cariri a ser saqueada por grupos de flagelados, uma vez que a única fonte de renda existente em toda a região é o programa da emergência, que mesmo assim não vem atendendo satisfatoriamente a todos os trabalhadores rurais. (*Diário da Borborema*, 4 mar. 1984)

No início do mês de março, o deputado do PDS, Aécio Pereira, à época presidente da Comissão das Secas na Assembleia Legislativa do Estado, se posicionou quanto à situação dos flagelados da seca e os atos de saques, dando enfoque maior a esse problema do que àquele da sucessão presidencial e da proposta de eleições diretas, que na sua concepção não deveria estar no primeiro plano nas discussões políticas naquele momento. O título da matéria do *Diário da Borborema* do dia 04 de março de 1984 deixa clara a perspectiva trágica que a seca trazia aos nordestinos vulneráveis naquele contexto: *Deputado prevê uma convulsão social na região nordestina*.

“A situação dos saques é alarmante, mas os que assim procedem estão morrendo à fome. Por outro lado, sabemos que a situação é difícil, mas não poderá ser outra pessoa senão o governo o indicado para pacificar esta situação”. Disse o parlamenta do PDS, achando ele que enquanto se discute intensamente o problema da sucessão presidencial, deveria está sendo discutido a viabilização de um projeto a longo, médio e curto prazo que viesse resolver o problema da seca no Nordeste. (*Diário da Borborema*, 4 mar. 1984)

O fator econômico, portanto, teve um importante impacto na situação que levava à derrota política do governo. Além da crise da economia, Rodrigues (2003, p.27) aponta outros fatores que compõem este cenário desfavorável para a ditadura vigente:

Impermeabilidade no que tange ao diálogo com as oposições, fracasso das negociações com o PTB, escândalos financeiros, forte erosão da credibilidade do governo (e da área econômica em particular), atritos entre o presidente e o vice, crise econômica em ascensão e insistência numa política salarial impopular (que colocava os parlamentares, principalmente os do PDS, em situação bastante difícil) foram os ingredientes para a receita de derrota política do governo.

O vice-presidente Aureliano Chaves demonstrava apoio ao retorno das eleições diretas. No trecho da reportagem do *Diário da Borborema* do dia 26 de março de 1984, um dia após o “grande comício” de Campina, esta posição do vice é evidenciada:

“Quem for escolhido para governar este país em termos de eleições indiretas, numa disputa a qualquer preço, não vai ter condições de governar. Os senhores (dirigindo-se aos jornalistas), guardem bem esta entrevista que estão tendo comigo agora: não vai ter condições de governar”. (*Diário da Borborema*, 26 mar. 1984)

O vice-presidente demonstrava entender o clima causado pela entrada das grandes massas no cenário político, e mostrava-se, nesse outro trecho da mesma reportagem, cauteloso, ao defender a lógica do entendimento, que era comum no discurso de políticos que de um lado apoiavam as eleições diretas, mas por outro lado receavam uma ruptura muito profunda na ordem vigente:

Sobre as eleições diretas, Aureliano Chaves disse que não são necessárias pesquisas, comícios e passeatas para saber que o povo brasileiro “é majoritariamente pelas eleições diretas” e acrescentou: “Em termos de eleição direta ou nós transitamos por um entendimento amplo ou nós vamos implacavelmente para uma situação difícil, cujas consequências eu não ousou prever”. Ao ser indagado se o presidente da República tem conhecimento dessa advertência, Aureliano Chaves respondeu que “já externei ao presidente da República mais de uma vez” e completou: “sou a favor do entendimento e já disse várias vezes que abro mão do meu nome em favor do entendimento”. (*Diário da Borborema*, 26 mar. 1984)

Essa declaração de Aureliano Chaves, já em 1984, ocorreu num momento em que os comícios das diretas eram cada vez mais “gigantes”. Mas foi a partir do ano de 1983 que os atos públicos começaram a surgir reivindicando o retorno das eleições diretas para presidente. No contexto de um regime militar que cada vez mais entrava num isolamento, a participação popular nos comícios organizados pelas oposições crescia vertiginosamente. Para Alberto Tosi Rodrigues (ano), isso foi possível porque antes mesmo da constituição das Diretas já como movimento, houve uma mobilização prévia, através dos movimentos sociais, sindicatos, organizações de classe média, comunidades de base da Igreja Católica e do PT, dos atores que mais tarde iriam compor as linhas organizadas de reivindicação popular pelas diretas.

Nos primeiros meses do ano de 1984 aconteceram dois grandes comícios, em Curitiba e em São Paulo, cujo sucesso em mobilizar grande contingente de pessoas acabou por pressionar mais ainda tanto o regime quanto os integrantes da oposição que até então não demonstravam explicitamente o apoio irrestrito a campanha das Diretas Já. Diante da crescente mobilização oposicionista, o governo, na falta de uma alternativa de eficiência contra às vozes que se levantavam, procurou manter uma postura de indiferença. A intenção era deixar claro que, independente da grandeza dos comícios, passeatas, debates, etc. a decisão de as eleições presidenciais seguirem sendo decididas via Colégio Eleitoral não sofreria alterações. Enquanto isso, os políticos da base do regime militar operavam no Congresso para garantir a obediência dos deputados do PDS contra a Emenda Dante de Oliveira.

## **O COMITÊ TEOTÔNIO VILELA**

Em 4 de abril de 1984 foi criado o Comitê Nacional Suprapartidário Pró-Diretas, composto por partidos de oposição e por organizações da sociedade civil: CUT, CONCLAT, ABI, OAB, ANDES e UNE. Mas no início do ano de 1984 já começavam a serem formados comitês locais em diversas cidades do país, com o objetivo de integrar as instituições e os atores políticos e organizar as ações da campanha pelas eleições diretas. Sobre a importância destes comitês escreveu Rodrigues (2003; p.55),

Nesse particular, é importante frisar o papel desempenhado pelos comitês pró-Diretas. Invariavelmente formados por entidades representativas da “sociedade civil” e partidos de oposição, contavam às vezes também com a presença de representantes de movimentos sociais e populares urbanos e mesmo de instituições públicas. Funcionavam como fórum de organização das ações e como espaço de canalização de demandas societais.

No dia 17 de janeiro de 1984, o PMDB campinense se reuniu para formar o comitê pró-Diretas da cidade. Desde então, o Comitê Teotônio Vilela passou a traçar as atividades da campanha Diretas Já em Campina Grande.

O nome do Comitê foi escolhido em homenagem ao poeta, jornalista, empresário e político alagoano Teotônio Brandão Vilela Filho, que falecera no dia 27 de novembro de 1983. Ele ficou conhecido como o Senador das Diretas, por ter sido um dos primeiros políticos a falar na ideia de um movimento em favor deste modelo de eleição. Na verdade, Teotônio Vilela tinha pouco tempo como oposicionista, pois deixou a ARENA, partido do regime, apenas em 1979, para ingressar no MDB e, posteriormente, filiar-se ao PMDB. Foi um proprietário de terras e usineiro. Nas palavras de Henfil: “Cortou suas raízes autoritárias e virou um estadista. Não ficaria conhecido como usineiro ou golpista”. (HENFIL *apud* RODRIGUES, 2003).

O Comitê Teotônio Vilela era composto pelas entidades: INTERSIDINCAL, FASPEP (Federação das Associações de Servidores Públicos no Estado da Paraíba), UCES (União

Campinense de Equipes Sociais), Coordenação dos Clubes de Mães, Diretórios Centrais dos Estudantes da UFPB e da FURNE, UVP (União dos Vereadores da Paraíba), Partido do Movimento Democrático Brasileiro e Partido dos Trabalhadores.

No entanto, além da reivindicação central do Comitê, notadamente a eleição presidencial direta, outros pontos surgiram na pauta construída pela instituição, conforme encontrado na reportagem do *Diário da Borborema* do dia 16 de março de 1984: *Comitê distribue panfleto com várias reivindicações*:

O “Comitê Teotônio Vilela” Pró-Eleições Diretas, que voltou a se reunir ontem à noite, no plenário da Câmara municipal, dando prosseguimento no movimento nacional favorável ao restabelecimento do pleito direto à Presidência da República, começou a distribuir ontem pela manhã um novo panfleto com mais críticas ao Governo do presidente João Figueiredo. Com o título “Campina na Luta pelas Diretas Já”, o panfleto pede o fim “da recessão e do desemprego e pela estabilidade dos empregos, por salário mínimo real e unificado pelo fim do arrocho salarial e da alta do custo de vida, pelo rompimento do acordo com o Fundo Monetário Internacional, pela reforma agrária ampla massiva e imediata; pela manutenção das conquistas e aperfeiçoamento da Previdência, por liberdade e autonomia sindical, com o fim das intervenções e devolução dos sindicatos às diretorias eleitas”. O panfleto do “Teotônio Vilela” pede ainda, o livre exercício do direito de greve, a revogação da lei de Segurança Nacional e todos os atos de exceção, ampla liberdade de organização e expressão; eleições diretas em todos os níveis, e a aprovação da emenda Dante de Oliveira. (*Diário da Borborema*, 16 mar. 1984)

No dia 13 de março, o Comitê se reunia em Campina Grande já com a perspectiva de realização do “comício gigante”. No *Diário da Borborema* deste dia, a matéria *Comitê “Teotônio Vilela” volta a se reunir hoje*, descreveu a reunião

A reunião desta noite terá como objetivo, além de avaliar a Campanha pelas Diretas em nossa cidade bem como o quadro nacional, estabelecer as diretrizes gerais para continuidade da Campanha, intensificando os debates nos bairros e no seio dos diversos setores participantes da luta, como estudantes, servidores público e trabalhadores em geral. Possivelmente, no final de março, um novo comício estará sendo realizado, desta feita, com a participação de lideranças nacionais que vêm percorrendo todo o país na CARAVANA DAS DIRETAS.

Portanto, o comício do dia 25 de março começava a ser gestado na reunião do Comitê no dia 13, que buscava criar as condições necessárias para que o evento se fizesse grande. Neste sentido, a participação das lideranças nacionais era entendida como fundamental. Na verdade, estas lideranças, como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva vinham percorrendo várias cidades do país, realizando comícios pelas Diretas, comícios estes organizados pelos comitês locais, assim como ocorreu em Campina Grande. Era a chamada “Caravana das Diretas”. A fala de políticos, nacionalmente reconhecidos, era extremamente importante nos comícios, funcionavam como vozes de autoridade pela campanha das Diretas. A multidão apareceria para dar números ao comício, mas a voz da campanha partiria mesmo do palanque.

A reunião do dia 19 de março teve importante papel na definição dos contornos do comício, que se realizaria dali a seis dias. No *Diário da Borborema* do mesmo dia, a reunião foi assim descrita:

O Comitê Teotônio Vilela Pró-Eleições Diretas, composto por cerca de 30 (trinta) entidades, entre partidos políticos de oposição, sindicatos e associações comunitárias, esteve reunido, ontem à noite, no Plenário da Câmara Municipal, com o objetivo de distribuir as atividades relativas ao **grande comício** do próximo domingo, dia 25 de março. No entendimento da Coordenação da Campanha, em nossa cidade, “todos os

esforços estão sendo desenvolvidos no sentido de realizar uma **grande manifestação** pró-eleições diretas, desta vez, com a presença de Lideranças nacionais, como Montoro, Fernando Henrique Cardoso e **alguns outros líderes, de grande projeção**, que ficaram de confirmar a presença no decorrer desta semana”. (Grifos meus)

O comício do dia 25, portanto, já começava a ser planejado nas mentes dos membros do Comitê. Todos os esforços, segundo a Coordenação da Campanha, se davam no sentido de fazer com que ele fosse grande, o que significava, como inexorável necessidade, contar com a participação massiva da população, que daria números ao evento. Mais uma vez a importância dada à presença das lideranças nacionais se evidencia aqui. Para dar contornos de grandeza ao comício, os organizadores sabiam que era preciso contar com “grandes” nomes da política em cima do palanque. A campanha de mobilização, de conclamação da população campinense seria realizada durante os próximos dias, na imprensa escrita e falada, e a divulgação da presença das lideranças nacionais sempre estaria presente, pelo menos até onde alcançou a presente pesquisa.

Neste sentido, no áudio da propaganda<sup>4</sup> do evento, que circulou em carros de som pelas ruas da cidade, podemos ouvir uma voz conclamando a participação da população. Dentre as frases ecoadas no alto-falante: “O povo quer votar para presidente”; “O povo novamente na praça pública ao lado dos grandes líderes nacionais”. E assim vai-se citando um a um: “Franco Montoro, governador de São Paulo, Ronaldo Cunha Lima, prefeito de Campina Grande, Ministro Celso Furtado, Senadores Fernando Henrique Cardoso, Humberto Lucena e Cid Sampaio, Deputados Aloísio Campos, Miguel Arraes e Raymundo Asfora”. E para não fechar a lista das lideranças, a voz conclui: “Presenças ainda de outras lideranças, que ao lado do povo, desejam também as eleições diretas para presidência da República”. O áudio tem uma duração de um minuto e cinquenta e seis de propaganda, dos quais cerca de 50 segundos são de música, *Apesar de Você*, de Chico Buarque, música de contestação ao regime militar. Algumas frases de efeito como: “Traga sua família e o seu entusiasmo”, “A luta é nossa”, “Diretas Já, Diretas agora”. Mais a divulgação do local: Parque do Açude Novo e o horário: 19 horas. O restante do tempo da duração do áudio é reservado para a divulgação dos nomes das lideranças que estariam presentes.

Ao fim e ao cabo, a importância do comício, realizado no dia 25, se dá atestada pelo enunciado destes nomes, a presença do povo em grande quantidade dará os contornos de grandeza ao ato. Daí a importância da propaganda reforçar o clima de comunhão entre as lideranças políticas, de oposição neste caso, e o povo, que possuem, consoante o discurso dos organizadores da manifestação, o mesmo objetivo: a volta das eleições diretas para presidente da República.

Neste sentido, além da presença de personalidades da política nacional, a organização também entende a importância de uma estratégia para atrair o maior número de pessoas para o ato. Por esta razão, invariavelmente em todos os grandes comícios da campanha Diretas Já pelo país, há a presença de artistas, principalmente músicos e atores, nos palanques. Assim, a política se mistura à cultura, no caso uma cultura de oposição ao regime, uma cultura de esquerda, de resistência. No áudio da propaganda que citei anteriormente, é divulgado: “Teremos ainda um grande show com artistas paraibanos e violeiros”. Na reportagem citada do *Diário da Borborema* do dia 20 de março, é assinalada a perspectiva da Coordenação da Campanha de tentar viabilizar a presença de escolas de samba da cidade. A manifestação pode lembrar então algo de festa, onde o entusiasmo dos presentes quase sempre é exaltado pelos gritos da multidão, pelas falas das lideranças e pelas apresentações culturais.

<sup>4</sup> O referido áudio foi encontrado no site Retalhos Históricos de Campina Grande: < <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2009/09/memoria-fotografica-registro-do.html#.V1shybsrLIU> >. Acesso em 07 jun. 2016. Até o presente momento, não consegui detalhes para uma crítica externa à fonte audiovisual, até porque a presente pesquisa se encontra em fase de andamento.

## O COMÍCIO “GIGANTE”

O comício do dia 25 de março aparece nos jornais como o segundo comício “gigante” realizado pelo Comitê Teotônio Vilela em Campina Grande. O primeiro acontecera no mês de janeiro, mas não teve a dimensão deste segundo comício que, diferentemente do primeiro, contou com a presença de grandes personalidades da campanha, além de acontecer já em um momento em que a mobilização oposicionista estava bem consolidada.

A votação da emenda Dante de Oliveira ocorreria no dia 25 de abril. Exatamente um mês após o dia do comício em Campina Grande. Nesse ínterim, a campanha das Diretas Já teria momentos de euforia, nos quais as lideranças realmente acreditariam no êxito da campanha, ou seja, da aprovação da emenda na Câmara. O ponto alto das avaliações positivas sobre o resultado da votação da emenda ocorre entre o dia 10 e 16 de abril. De acordo com Rodrigues (2003, p.73-74), neste período “verificou-se o ponto máximo de acúmulo de recursos Pró-Diretas, direcionando as avaliações no sentido de um possível sucesso do movimento”.

No entanto, após este momento de euforia, o governo passa a tomar atitudes mais enfáticas para derrotar a emenda. No dia 18 de abril, o presidente Figueiredo baixou, pela segunda vez em sete meses, as Medidas de Emergência para a Salvaguarda das Instituições sobre o Distrito Federal e mais dez cidades de Goiás, o que impediu a mobilização da oposição para realizar-se as pretendidas marchas sobre Brasília e o acompanhamento da votação no entorno do Congresso Nacional. Assim, a partir da contrapartida do governo, que se mostrou intransigente quanto a derrota da emenda Dante de Oliveira, a percepção dos atores políticos passou a crescer no sentido de derrota da campanha. Este, de fato, seria o resultado na votação do dia 25 de abril.

No entanto, um mês antes, em Campina Grande, milhares de pessoas compareceram ao Parque do Açude Novo, entoando gritos e palavras de ordem pelas eleições diretas. A esperança era de que a pressão popular faria com que fosse alcançado, na Câmara, a votação favorável à vitória da emenda.

No dia 18 de março, anunciava-se a vinda do governador de São Paulo, Franco Montoro; do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves; do Senador Fernando Henrique Cardoso, apontado como possível candidato à presidência da República caso a emenda fosse aprovada; do presidente nacional do PMDB Ulysses Guimarães; além da tentativa de trazer o presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, Luis Inácio Lula da Silva. Todos grandes nomes da campanha Diretas Já. Além disso, a organização falava da provável participação do cantor carioca Paulinho da Viola, juntamente com “outros nomes famosos da música popular brasileira” (*Diário da Borborema*, 18 mar. 1984). No entanto, nas reportagens sobre o comício já realizado não encontramos referências a esses artistas famosos. Provavelmente, não compareceram.

Os políticos paraibanos que participariam do comício, segundo a divulgação da coordenação, eram o ex-governador Pedro Gondim, o senador Humberto Lucena, os deputados federais Raymundo Asfora e Aluísio Campos; o prefeito Ronaldo Cunha Lima; os deputados estaduais João Fernandes, Orlando Almeida e Edvaldo Motta. Além do economista Celso Furtado, apresentado como “renomado economista” (*Diário da Borborema*, 26 mar. 1984).

O Comitê de organização do comício esperava a presença de dez mil pessoas no Parque do Açude Novo. Para isso, foram distribuídos panfletos, convocando a população campinense a comparecer ao ato.

O povo brasileiro quer as eleições diretas. Quer votar para presidente. Mas não adianta apenas querer. Tem que se mexer, falar. Transformar essa vontade nacional em realidade o mais rápido possível, agora, já. A vitória sobre a dívida externa, o custo de

vida, o desemprego, a corrupção e a violência passam pelas eleições diretas. Só um presidente eleito pelo povo, com a força do voto popular, poderá encaminhar as mudanças que o Brasil inteiro exige. (*Diário da Borborema*, 25 mar. 1984)

O trecho acima é do panfleto distribuído nos dias próximos ao comício. As palavras são de convocação da população, para que o povo agisse no sentido de reivindicar aquilo que aparece como a indubitável vontade da “nação inteira”. Como mencionei anteriormente, o clima que o regime militar enfrentava, devido ao crescimento da mobilização da oposição e do discurso cada vez mais difundido de que o governo militar estava fracassado e que o povo brasileiro nas ruas desejava pôr fim a este governo, ao exigir o retorno das eleições diretas, era de intenso isolamento. Isto ocorre porque a partir da década de 1970 o apoio ao regime militar começou a arrefecer, com o fim do “milagre econômico” e com a emergência dos movimentos de minorias políticas impulsionados pelo cenário político internacional (ARAÚJO, 2007, p.341). A legitimidade do presidente eleito via colégio eleitoral é contestada e é reforçada a concepção bastante defendida pela oposição de que os problemas enfrentados só seriam solucionados a partir da eleição de um presidente pelo voto popular. Este é um pensamento ainda muito forte na cultura política brasileira, de que a mudança, ou seja, a solução dos impasses econômicos, políticos, sociais e até éticos (o problema da corrupção) será alcançada pela retirada ou colocada de determinado nome ou partido político no poder.

Neste sentido, no *Diário da Borborema* do dia 22 de março, escreveu Carlos Rocha na coluna *Sucessão: um quadro confuso*:

O resultado é que, pelo visto a confusão política institucional que ora se registra vai continuar até as vésperas da eleição do sucessor de Figueiredo sem que se saiba qual será o seu verdadeiro desfecho. O pior é que o País continua como um barco a derivar num oceano de crises, de todos os tipos, sem que ninguém saiba ao certo quem será o comandante que poderá levá-lo a um porto seguro.

De fato, nas palavras dos líderes da oposição e da multidão que se fez presente no comício do dia 25, este comandante a que se refere o colunista, o indivíduo capaz de salvar o barco que se afundava em crises, teria que carregar consigo a legitimidade dos votos diretos.

O “comício gigante” começou com atraso, devido a problemas com o som. A primeira oradora foi a representante dos Clubes das Mães, Maria do Socorro. Somente por volta das 21 horas começaram os pronunciamentos de senadores, deputados, vereadores e do prefeito Ronaldo Cunha Lima. “O chefe do Executivo campinense abriu o horário dos grandes oradores pedindo diretas já para que sejam encontradas soluções aos problemas nacionais”. (*Diário da Borborema*, 26 mar. 1984).

O ápice das falas das lideranças políticas parece ter sido mesmo a do governador de São Paulo, Franco Montoro. A *Folha de São Paulo* do dia 27 de março de 1984 retratou a participação do governador no comício do qual teriam participado cerca de dez mil pessoas:

A menos de um mês da votação da emenda Dante de Oliveira, a campanha pelas diretas ganha novo impulso no Nordeste. Em Campina Grande, no interior da Paraíba, cerca de 10 mil pessoas permaneceram na praça do Açude Velho, até os primeiros minutos de ontem, para aplaudir o governador Franco Montoro – principal orador da segunda manifestação que a cidade realizou pelas diretas, em menos de um mês.

Nas palavras da *Folha de São Paulo*, o povo teria esperado até a madrugada do dia 26 para aplaudir o governador de São Paulo. No *Diário da Borborema* a matéria que tratou do comício fala de 6 mil pessoas presentes e também se refere à boa receptividade ao governador Montoro: “O governador Franco Montoro foi um dos últimos a falar, recebendo muitos aplausos do povo campinense” (*Diário da Borborema*, 26 mar. 1984).

Na multidão, ouviam-se gritos e palavras de ordem. Um dos mais famosos era o refrão “1, 2, 3, 4, 5, mil, queremos eleger o presidente do Brasil”. O observador daquela multidão na frente do palanque e que tomava quase todo o parque do Açude Novo via faixas e bandeiras do Partido Comunista Brasileiro e do PT. O clima era de festa e entusiasmo, apesar do cansaço e da espera para o início das participações dos “grandes oradores”, que ficaram por último. O resultado daquele comício seria um clima de esperança, consoante com aquele que se formava em diversas partes do Brasil, de que a emenda seria aprovada e que no ano seguinte os brasileiros votariam para presidente da República. Esse clima duraria de certa forma até outro dia 25: o dia 25 de abril. Este último foi marcado por choro, decepção e silêncios na multidão que acompanhou a votação, por meio de boletins informativos da imprensa, que resultou na derrota da Emenda Dante de Oliveira<sup>5</sup>. As notícias que chegavam de Brasília eram frustrantes para quem realmente acreditava que a pressão popular iria derrubar o regime militar dentro dos limites institucionais previstos pelo próprio. Em Campina Grande, um acentuado número de pessoas acompanhou a votação em uma vigília cívica montada na Praça da Bandeira, com direito a um placar que marcava os votos dos deputados. Após a derrota, as ruas se esvaziaram, e as multidões que se formaram por todo o Brasil voltaram para suas casas decepcionadas e sem saber o que aconteceria depois daquela noite.

Na verdade, o que acontecia era que a transição democrática se desenrolava, mas pelo alto. A ditadura conseguiu impedir a sua derrota naquele momento de pressão popular mobilizada pela campanha *Diretas Já*. Os aliados do regime e até mesmo os opositores mais moderados entendiam o risco de permitir a entrada das massas populares dentro do jogo político, por esta razão planejavam uma transição consensual, segura, pelo alto. No segundo semestre de 1984, o civil Tancredo Neves, do PMDB, angariou mais simpatia entre as dissidências do regime. Tancredo Neves era visto como um político moderado, que não oferecia grandes riscos ao projeto conservador de segurança e desenvolvimento nacional que a ditadura buscou instalar no país. Nos comícios de sua candidatura, uma parte daquelas massas que participaram dos comícios pelas diretas compareceu. Em 1985, Tancredo Neves tornava-se o primeiro civil presidente da República após o golpe de 1964, porém foi eleito ainda via colégio eleitoral. Os brasileiros só votariam para presidente no ano de 1989, na eleição em que Fernando Collor seria eleito para sofrer *impeachment* dois anos depois.

## FONTES

*Diário da Borborema*, Caderno mar. 1984. (Acervo Átila Almeida-UEPB)  
*Folha de São Paulo*, 27 mar. 1984

Áudio da propaganda do comício: *Blog Retalhos Históricos de Campina Grande*. Disponível em < <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2009/09/memoria-fotografica-registro-do.html> >. Acesso em 07 jun. 2016.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria Paula. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão (orgs.). **As esquerdas no Brasil: revolução e democracia**. Civilização Brasileira, RJ, 2007, v.2.

---

<sup>5</sup> A Emenda Dante Oliveira, que restituía as eleições diretas para presidente da República, foi derrotada por 298 votos a favor, 65 contra, 113 parlamentares ausentes e três abstenções. Por ser emenda constitucional, a proposta só passaria para o Senado caso dois terços da casa votasse a favor, 320 votos. A mobilização da campanha *Diretas Já* foi derrotada por 22 votos.

BRITO, Gilvan de. **A Ditadura na Paraíba**. Patmos. Paraíba, 2014.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes da cidade. (In) REIS, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge. **As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964 ...)**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2007.

E.P.THOMPSON. Introdução: costume e cultura. In: E.P.THOMPSON. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FREIRE, Américo Oscar Guichard; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Lembrar abril: as historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia. *História da Historiografia*, Ouro Preto, p.124-145, dez. 2012.

DAHÁS, Nashla (org.). Dossiê 1985: Democracia no Horizonte. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, edição nº 114. Rio de Janeiro: SABIN, mar. 2015.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas Já: O grito preso na Garganta**. Sao Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SILVA, Francisco Carlos T. da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 245-281.